

Alessandra Jovita Espírito Santo¹ | Ana Clara Colombi Neto² | Gustavo Costa Santos³
Lucineia Santos de Jesus⁴ | Ohana Luiza Santos de Oliveira⁵ | Darcton Souza de Aguiar⁶

BARREIRAS E FACILITADORES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE BRASILEIRA PARA A POPULAÇÃO SEGREGADA POR SUA DIVERSIDADE SEXUAL

BARRIERS AND FACILITATORS IN BRAZILIAN PRIMARY HEALTH CARE FOR THE POPULATION SEGREGATED BY THEIR SEXUAL DIVERSITY

RESUMO

No Brasil, a população LGBTQIAPN+ está entre as minorias sociais marginalizadas com menor acesso aos serviços de saúde que não recebe a devida assistência. Estratégias e políticas mais específicas, para universalizar e melhorar o acesso aos serviços de saúde e, conseqüentemente, as condições de adoecimento, tratamento, reabilitação e cura, vêm sendo construídas desde antes da implantação do SUS. Sendo assim, objetivamos realizar uma revisão integrativa da literatura brasileira sobre a assistência interdisciplinar na atenção primária, identificando as barreiras e facilitadores encontrados pela população LGBTQIAPN+. Para obtenção dos dados, foram realizadas buscas nas bases de dados PubMed, SciELO, BVS e CAPES, selecionando somente artigos originais de caráter qualitativo. Foram incluídos um total de 4 artigos nesta revisão, sendo 01 artigo utilizando a palavra-chave "LGBT SUS", 01 "Saúde LGBT", 01 "Barreiras LGTB" e 01 sobre "Atenção Primária LGBT". Destes artigos, 01 foi publicado no ano de 2019, e 02 foram publicados em 2022. Observou-se que existem mais barreiras do que facilitadores na atenção primária para a população LGBT+. Para que os facilitadores superarem estes bloqueios é necessário que durante a graduação os estudantes tenham capacitações adequadas, visando agregar conhecimento e aquisição de habilidades específicas para atender essa população.

PALAVRAS CHAVES

Saúde da população LGBTQIAPN+; Assistência primária a saúde; SUS.

ABSTRACT

In Brazil, the LGBTQIAPN+ population is among the marginalized social minorities with less access to health services and does not receive due assistance. More specific strategies and policies, to universalize and improve access to health services and, consequently, the conditions of illness, treatment, rehabilitation and cure, have been built since before the implementation of the SUS. Therefore, we aimed to carry out an integrative review of Brazilian literature on interdisciplinary care in primary care, identifying the barriers and facilitators encountered by the LGBTQIAPN+ population. To obtain the data, searches were carried out in the PubMed, SciELO, BVS and CAPES databases, selecting only original articles of a qualitative data. A total of 4 articles were included in this review, 01 article using the keyword "LGBT SUS", 01 "LGBT Health", 01 "LGBTB Barriers" and 01 on "LGBT Primary Care". Of these articles, 01 was published in 2019, and 02 were published in 2022. It was observed that there are more barriers than facilitators in primary care for the LGBT+ population. For facilitators to overcome these obstacles, it is necessary that students have adequate training during graduation, aiming to add knowledge and acquire specific skills to serve this population.

KEYWORDS

Health of the LGBTQIAPN+ population; Primary health care; SUS.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil possui como princípios básicos a universalização, a equidade e a integralidade. A universalização garante a saúde como um direito de cidadania de todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características pessoais ou sociais. Por sua vez, a equidade tem como objetivo diminuir desigualdades entre os indivíduos. Este princípio leva em consideração que as pessoas não são iguais e, portanto, têm necessidades distintas. Por fim, a integralidade considera as pessoas como um todo, em amplo espectro de seus requisitos de bem estar em saúde (BRASIL, 2019).

No Brasil, um dos efeitos dessas disputas e negociações foi a formalização, em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), que reconheceu os efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença dessa população. Essa Portaria nº 2.836/2011 estabeleceu diretrizes voltadas para mudanças nos determinantes sociais de saúde com vistas à redução das injustiças, reafirmando o compromisso do SUS. Ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, além do incentivo à produção de conhecimentos voltados para o cuidado desse público, se tornaram assim, alvos de investimento governamental (BRASIL, 2013).

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais, agênero, pan, não-binárias (LGBTQIAPN+), por não se adequarem às normas que definem os padrões de sexualidade e de gênero, são alvos de estigma, discriminação e violência. As reiteradas violações de seus direitos e a exclusão social geram sofrimento, adoecimento e morte prematura. Apesar de apresentarem piores condições de saúde do que a população geral, o acesso e a utilização dos serviços assistenciais são marcados por dificuldades e barreiras (LIONÇO, 2008; CARDOSO; FERRO, 2012; GONZALES; PRZEWORSKI; HENNING-SMITH, 2016).

As barreiras simbólicas de acesso da população LGBTQIAPN+ aos serviços de saúde têm sido frequentemente denunciadas e discutidas, não apenas em relação aos homossexuais masculinos, mas para todos os grupos que compõem a diversidade de orientação. Para as lésbicas e mulheres bissexuais, por exemplo, a discriminação associada ao despreparo dos profissionais de saúde configura a principal barreira para que elas assumam sua orientação sexual durante o atendimento. No que se refere às travestis e transexuais, tem-se como bloqueio ao acesso e o comprometimento da qualidade de atenção, e isto têm sido relatadas como ainda mais intensas, influenciando desde a dificuldade em se cumprir a determinação de uso do nome social nos prontuários quanto

o ainda persistente processo de psiquiatrização da condição de transexualidade, para a garantia à cirurgia de redefinição de sexo. Escancarando-se ainda mais nos casos das travestis, cujas violências são marcadas pela intensidade de estigmatização, discriminação, exclusão, violência e morte (PEREIRA *et al.*, 2017; LIMA, 2017).

No Brasil, existe uma população com grande diversidade sexual e as minorias sociais marginalizadas, com menor acesso aos serviços de saúde, não recebem a devida assistência em face aos julgamentos e juízos de valor de profissionais prestadores dos serviços de saúde. Tal discriminação existe em diversos espaços da sociedade, inclusive nos espaços de produção do cuidado (PEREIRA *et al.*, 2017). Cabe ressaltar que o “acesso a serviços de saúde e equidade estão profundamente relacionados à capacidade de os sistemas de saúde se organizarem de modo a responder adequadamente às necessidades dos cidadãos” (BARROS *et al.*, 2016, p. 265).

Diante desse contexto, o objetivo do presente estudo foi compor uma revisão integrativa da literatura brasileira acerca da questão assistencial interdisciplinar na atenção primária, evidenciando quais mecanismos podem ser barreiras ou facilitadores enfrentados pela população LGBTQIAPN+.

METODOLOGIA

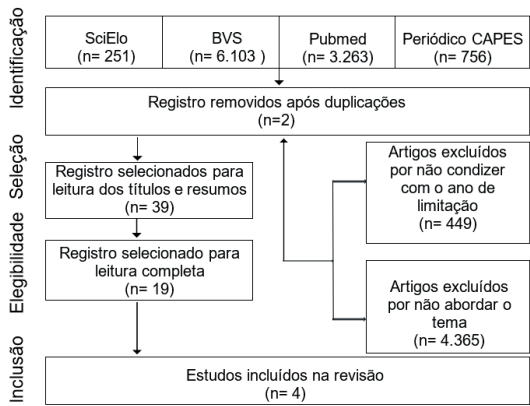
A partir do questionamento: Quais barreiras e facilitadores são perceptíveis na atenção primária para a população LGBTQIAPN+? foi realizada uma revisão integrativa da literatura conforme descrito por Souza; Silva e Carvalho (2010), utilizando um corte retrospectivo e qualitativo de dados.

Assim, foi adotado como critérios de inclusão na seleção dos ensaios que compuseram este manuscrito: artigos publicados nos últimos dez anos (2013 a 2023) disponíveis nas bases de dados: Brasil Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Pubmed e Periódicos CAPES; artigos originais de caráter qualitativo e em língua portuguesa.

Para delimitação das buscas, utilizou-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS): “Atenção Primária LGBT”, “Saúde LGBT”, “LGBT SUS” e “Barreiras LGBT”. Para operacionalizar as buscas, empregamos todas as combinações possíveis com os recursos disponibilizados pelos operadores “AND” e “OR”.

Para fins de critérios de exclusão, não foram considerados os artigos que não condiziam com a janela temporal estabelecida; textos do tipo monografia e teses; artigos de revisão; ensaios em duplicidade; ou textos não encontrados nas bases de dados em seu formato completo. No final, os artigos foram organizados de acordo com o critério de exclusão e inclusão para a montagem do fluxograma (Figura 1) de acordo com as diretrizes PRISMA (Principais Itens para Relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises).

Figura 1. Fluxograma ilustrando o processo de obtenção dos artigos em conformidade com os critérios descritos pelo método PRISMA: seleção final de quatro (04) estudos incluídos.



Fonte: AUTORIA PRÓPRIA, 2023.

RESULTADOS

As pesquisas na plataforma SciELO, sem individualização de todos os descritores, encontrou 251 artigos. No entanto, ao serem filtrados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados, e após a leitura dos textos, foram incluídos na revisão 2 artigos. A busca realizada na BVS encontrou 6.103 artigos, somando todos os descritores, porém ao serem filtrados de acordo com os critérios previamente estabelecidos e após a leitura dos textos, foi incluído 1 artigo na revisão. Nos Periódicos CAPES, somando todos os descritores foram encontrados 756 artigos que, ao serem filtrados de acordo com o critério de inclusão e após a leitura dos textos, 1 artigo foi selecionado e incluído na revisão. Na plataforma PubMed, somando todos os descritores foram encontrados 3.263 artigos, ao serem filtrados nenhum artigo foi incluído.

Assim, nesta revisão, foram alocados: 01 artigo encontrado por meio da palavra-chave "LGBT SUS"; 01 artigo encontrado por meio da palavra-chave "Saúde LGBT"; 01 artigo encontrado por meio da palavra-chave "Barreiras LGTB"; e 01 artigo encontrado por meio da palavra-chave "Atenção Primária LGBT". Dentre os artigos selecionados, observou-se que 01 artigo foi publicado no ano de 2019 enquanto os demais (03 artigos) foram publicados em 2022, todas publicações nacionais, conforme Quadro 1 a seguir:

AUTOR/ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Silva; Funkle, Moretti-Pires,, 2019	Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT	Pesquisa qualitativa realizada em dois Centros de Saúde (CS) em Florianópolis, SC	Os resultados mostraram que a população LGBT é representada por meio (1) das concepções morais sobre as orientações sexuais e identidades de gênero; (2) de determinados comportamentos sexuais; (3) de características pessoais; e (4) de dificuldades que são atribuídas à vivência como pessoas LGBT.	Com relação às limitações da pesquisa, aponta-se o fato de que nem todos os trabalhadores conheciam o significado de todas as letras que compõem a sigla LGBT, de modo que se pode ter perdido certas peculiaridades em relação às diferentes sexualidades e identidades de gênero representadas pela sigla que interferissem nas Representações Sociais (RS), ou ainda, tal desconhecimento pode ter contribuído para o pouco aprofundamento das respostas de alguns trabalhadores.

AUTOR/ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Costa-Val <i>et al.</i> , 2022	O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde	Pesquisa qualitativa / discursos de trabalhadores de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Ouro Preto, MG	Durante nossas incursões nas UBS, foram muito bem recebidos pelos profissionais. Na medida em que entravam propriamente na temática relativa às sexualidades e aos gêneros, no entanto, todos diziam não saber quase nada, como se não tivessem como contribuir com a investigação	Os discursos analisados revelaram que, apesar de muitos dos profissionais terem algum conhecimento em relação à abordagem da população LGBT, não há um engajamento efetivo na construção de formas de cuidado que possam verdadeiramente acolher as diferenças.
Miskolci <i>et al.</i> , 2022	Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise de cenário por meio da triangulação de métodos	Triangulação de métodos	A pesquisa documental revelou aspectos significativos sobre a implementação de políticas de saúde voltadas à população LGBTI+, necessários para o entendimento do cenário atual.	As problemáticas da população LGBTI+ são cada vez mais de interesse coletivo e estrutural para políticas públicas, em especial na área de saúde.

AUTOR/ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	RESULTADOS	CONCLUSÃO
Pereira; Graupe; Dall'Igna, 2022	Política Nacional de Saúde LGBT: relatos de profissionais da saúde e pessoas LGBT	Neste estudo formaram-se dois grupos focais, um para pessoas LGBT's e outro para profissionais da saúde que atuam no município que apresentavam aspectos em comum com o tema: ou ser usuário LGBT do SUS ou ser profissional/ estudante.	Segundo a análise dos dados da pesquisa, todas as seis pessoas LGBT relataram desconhecer a PNSI-LGBT, mesmo a maioria delas utilizando o SUS e a AB. Este dado indica a falta de informação e conhecimento das pessoas LGBT sobre seus próprios direitos. Segundo as/os profissionais da área da saúde (três profissionais e um estudante de medicina), não tinham conhecimento sobre a existência da Política Nacional de Saúde LGBT.	Em suma, com a realização desta pesquisa por meio de dois grupos focais foi possível constatar que a Política Nacional de Saúde Integral LGBT não é aplicada ou sequer abordada como conteúdo ou ferramenta de aprimoramento profissional daqueles que trabalham com o SUS na Atenção Básica de um município do Sul do Brasil.

Fonte: O AUTOR, 2023.

DISCUSSÃO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) do Ministério da Saúde Brasileiro, compreende como fator importante da determinação da saúde-doença na população LGBT as questões de discriminação e de preconceito, vividas em sociedade ou mesmo em ambientes de saúde. Essa política, que compõe o "Plano Operativo de Saúde Integral LGBT", para além de um marco histórico, se propõe a diminuir esses fatores nos atendimentos médico-hospitalares, de atenção básica e busca promover um sistema de saúde com mais equidade para a população, inserindo em seus projetos os cuidados e demandas específicas de cada segmento da população LGBT (BRASIL, 2013).

A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide no processo de adoecimento pois o preconceito e o estigma social causam sofrimento, e a sua eliminação é uma das diretrizes da PNSI-LGBT, que foca no aniquilamento das homofobias, inclusive em nível institucional. Este é um marco para a compreensão de como as estruturas subjetivas dos profissionais produzem obstáculos para o atendimento a essa população, e destaca a contribuição de estratégias de educação permanente para mobilizar a transformação dessas estruturas (GUIMARÃES, 2019).

Nos estudos analisados, foi verificada a hipótese de que no século XXI ainda existe mais barreiras do que facilitadores para esta população, visto que, dentre os artigos analisados todos abordaram com detalhamento maior sobre barreiras postas entre a população e seu acesso ao serviço. Apenas Silva *et al*, 2019 relatou facilitadores.

Em conformidade com Brasil (2013), os movimentos sociais que defendem grupos minoritários e a expressão da liberdade sexual, tem como reflexões e práticas promover a visibilidade política para as problemáticas dessa população pela sociedade brasileira. A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o reconhecimento de famílias homoparentais, a legalidade da união civil, o acesso ao processo transsexualizador, o extermínio da violência, a sensibilização dos profissionais que compõem os setores de serviço, a educação e a saúde permeiam necessidades para o bem estar da comunidade LGBT+.

Dentre as barreiras identificadas, durante o processo de curadoria dos textos selecionados, podemos verificar que o preconceito com as pessoas LGBT+ prepondera, ampliando assim as desigualdades atreladas à saúde destes grupos sociais. Apesar de existirem políticas públicas com o objetivo de diminuir cada vez mais a intolerância sobre as pessoas LGBT+, ainda se percebe comumente na sociedade práticas para inferiorizar esses gêneros, por causa da diversidade de crenças e valores entre os indivíduos.

Segundo a pesquisa realizada por Costa-Val (2022) e seus colaboradores, os discursos analisados revelaram que, apesar de muitos dos profissionais terem algum conhecimento em relação à abordagem da população LGBT, não há um engajamento efetivo na construção de formas de cuidado que possam verdadeiramente acolher as diferenças. E que aulas meramente expositivas são pouco eficientes no que diz respeito à sensibilização de estudantes e trabalhadores, indicando a importância de se investir em metodologias dialógicas e participativas, em estratégias mais adequadas para que as pessoas possam expressar suas vivências, crenças e preconceitos de forma a promover mudanças de posturas e de atitudes.

A deficiência na formação dos profissionais de saúde em relação às sexualidades e aos gêneros está particularmente bem documentada na literatura. No contexto envolvendo a área da saúde é possível inferir que uma das barreiras na atenção primária LGBT+ é a falta de conhecimento dos profissionais da área em relação às sexualidades e aos gêneros, pois, apesar de falar-se sobre a sexualidade durante a graduação, a abordagem é focada em aspectos biológicos. Diante do exposto, a hipótese de que ainda exista mais barreiras no século XXI se reafirma (PAULINO; RASERA; TEIXEIRA, 2019; RUFINO; MADEIRA, 2017; COSTA-VAL *et al.*, 2019).

Outra questão recorrente foi em relação à violência contra a população LGBT. A maioria dos profissionais afirmou nunca ter tido conhecimento de situações de violência contra essas pessoas no território de abrangência de suas UBS. Nenhum deles conhecia a necessidade de preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória. Em uma das investigações, ao serem perguntados de que forma seria possível melhorar o acesso das pessoas LGBT às UBS, muitos acionaram os termos “treinamento” e “capacitação” sem, no entanto, problematizá-los (BRASIL, 2016; BEZERRA; MORENO; PRADO, 2019).

No estudo realizado por Silva, Finkle e Moretti-Pires (2019), apontou-se o fato de que nem todos os trabalhadores conheciam o significado de todas as letras que compõem a sigla LGBT, de modo que se pode ter perdido certas peculiaridades em relação às diferentes sexualidades e identidades de gênero representadas pela sigla que interferissem nas Representações Sociais (RS), ou ainda, tal desconhecimento pode ter contribuído para o pouco aprofundamento das respostas de alguns trabalhadores. Salienta-se que a compreensão das RS dos trabalhadores a respeito das pessoas LGBT foi essencial para identificar as questões éticas que permeiam sua assistência à saúde, validando os pressupostos de uma forte fundamentação religiosa e heterônoma na moral hegemônica, reforçadoras do preconceito relacionado às pessoas LGBT. Tais resultados referendam a situação não apenas de vulnerabilidade, mas de vulneração.

Segundo estudo realizado por Pereira, Graupe e Dall'Igna (2022), durante a realização do grupo focal o assunto recorrente foi “Humanização do Sus”, ou seja, ênfase em um atendimento humanizado, com respeito às diferenças de gênero e de orientação sexual. Em ambos os grupos focais realizados foi possível observar que a população LGBT e os profissionais/estudantes da saúde desconhecem a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Esta pesquisa constatou que a PNSI-LGBT não é aplicada, ou sequer abordada, como conteúdo ou ferramenta de aprimoramento profissional daqueles que trabalham com o SUS. Segundo a análise dos dados da pesquisa, todas as seis pessoas LGBT relataram desconhecer a PNSI-LGBT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A própria noção de saúde LGBTQ+ é recente e, portanto, um campo de estudos que precisa ser mais desenvolvido. Os desafios à saúde se articulam com a necessidade de aprofundar reflexões teórico-conceituais envolvendo os direitos humanos daqueles(as) ainda não abarcados e reconhecidos pela saúde, de maneira que a identificação das demandas de saúde LGBTQ+ se relacionam e amplificam a compreensão sobre essa população. As problemáticas da população LGBTQ+ são cada vez mais de interesse coletivo e estrutural para políticas públicas, em especial na área de saúde.

Fundamentar eticamente é refletir sobre as diversas morais que caracterizam a popularidade de nossa sociedade e que influenciam nossos comportamentos e ações. A situação de vulneração a que estão submetidas as pessoas LGBTQIAPN+ e, particularmente alguns subgrupos como o de pessoas transexuais e travestis, evidenciam o quão incomparável é a sensibilização para uma mudança atitudinal coletiva. Daí a importância de se compreender a origem dos juízos morais relacionados à temática da diversidade sexual e identidade de gênero.

As barreiras se caracterizam como atitudes negativas, incluindo preconceito, falta de acolhimento e carência acerca do assunto por parte dos Profissionais de Saúde. Visto que os resultados da análise mostram que para os facilitadores superarem as barreiras, logo, é necessário promover um sistema de saúde com mais equidade para a população, inserindo em seus projetos cuidados e demandas específicas de cada segmento da sigla e a educação permanente para mobilizar a transformação do perfil profissional e diminuir os dificultadores nos atendimentos médico-hospitalares.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. P. C.; LOPES, J. S.; MENDOÇA, A. V. M.; DE SOUZA, M.. F.. Acesso e equidade nos serviços de saúde: uma revisão estruturada. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 110, p. 264-271, 2016. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201611020>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BEZERRA, M. V. R.; MORENO, C. A.; PRADO, N. M. B. L.. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.43, n. spe 8, p. 305-323, 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S822. Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013(*)**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assuntos > Saúde de A a Z > S > Sistema Único de Saúde**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-aaz/s/sus>>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT**. Brasília: DF, 1ª ed., 1 reimp., 2013. 32 f. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016**. Define a Lista Nacional de Notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.

Brasília: DF, 2016. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Portarias/Portaria_204.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.3, p.552-563, 2012. DOI: 10.1590/S1414-98932012000300003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/>. Acesso em: 25 set. 2023.

COSTA-VAL, Adriana Lima; MOREIRA, Maria Angélica Lemos; RAMOS, Beatriz Ferraz; SANTOS, Tânia Cristina de Oliveira. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, p. e320207, 2022. DOI: 10.1590/S0103-73312022320207. Disponível em: Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/DsNnpXhPn7WrvGXDFXvMXvx/>> Acesso em: 14 de out. 2023.

GONZALES, G.; PRZEDWORSKI, J; HENNING-SMITH, C. Comparison of health and health risk factors between lesbian, gay, and bisexual adults and heterosexual adults in the United States: results from the Nacional Health Interview Survey. **JAMA Internal Medicine**, v. 176, n. 9, p. 1344-1351, 2016. DOI: 10.1001/jamainternmed.2016.3432. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamainternalmedicine/article-abstract/2530417> Acesso em: 10 out. de 2023.

GUIMARÃES, R. C. P. Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população LGBT. 2019. **Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)**, -Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/34523> Acesso em: 12 out. 2023.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.2, , p.11-21, 2008. DOI: 10.1590/S0104-12902008000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NdCpsvRwnJVYHZhSwRNhnfs/?lang=pt> Acesso em: 17 out. 2023.

LIMA, C, V. de. Sentidos de profissionais da psicologia sobre acesso da população LGBT na Atenção Básica em saúde de Maringá, PR: quatro mitos perniciosos, 2017. 188 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5687>. Acesso em: 5 set. de 2023.

MISKOLCI R, SIGNORELLI MC, CANAVESE D, TEIXEIRA FDB, POLIDORO M, MORETTI-PIRES, R.O.; SOUZA, M.H.T.; PEREIRA, P.P.G. Health challenges in the LGBTI+ population in Brazil: a scenario analysis through the triangulation of methods. **Ciências Saúde Coletiva**, 27(10):3815-3824, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022710.06602022EN. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hWZDMgSHpzzyTdrZ4QcSRXj/abstract/?lang=en>. Acesso em: 28 out. de 2023.

PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Discursos sobre o cuidado em saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) entre médicas(os) da Estratégia Saúde da Família. **Interface**, Botucatu, v.23, e180279, 2019. DOI: 10.1590/Interface.180279. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/CPqMgwmZncfwjqrRT5PZbbp/?lang=pt> Acesso em: 15 set. 2023.

PEREIRA, E. O.; FERREIRA, B. O.; AMARAL, G. S.; CARDOSO, C. V.; LORENZO, C. F. G..Unidades Básicas de Saúde em Teresina-PI e o acesso da população LGBT: o que pensam os médicos? **Tempus Actas de Saúde**

Coletiva, Brasília, v.11, n.1, p. 51-67, 2017. DOI: 10.18569/tempus.v11i1.1812 Disponível em: <https://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1812> Acesso em: 12 nov. de 2023.

PEREIRA, M.M.; GRAUPE, M.E.; DALL'IGNA, D.M.. Política Nacional de Saúde LGBT: histórias de profissionais e pessoas de saúde LGBT. **RELIES. Rvista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, n.8, p.1-14, 2022. DOI: 10.46661/relies.6184. Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/relies/article/view/6184> Acesso em: 10 nov. de 2023.

RUFINO, A. C.; MADEIRO, A. P. 6 Práticas Educativas em Saúde: Integrando Sexualidade e Gênero na Graduação em Medicina. *Rev. Bras .educ. med*, Rio de Janeiro, v.41, n.1, p.170-178, 2017.

SILVA, A..R.; FINKLE, M.; MORETTI-PIRES; R.O.. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 17, n. 2., 2019. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00197 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fj8zjth7rcy68BddtPwg75w/#> Acesso em: 5 nov. de 2023.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 3 out. 2023.

VAL, A. C.; MESQUITA, L.M.; ROCHA, V.A.; CANO-PRAIS, H.A.; RIBEIRO, G.M. "Nunca Me Falaram sobre Isso!": o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Brasília, v.43, n.1, supl.1, p. 108-118, 2019. DOI: 10.1590/1981-5271v43suplemento1-20190140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/MwQrjCr4FGr86FjxTKwTnwn/?lang=pt#> Acesso em: 10 de nov. de 2013.

1. Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário UniFTC, Campus Paralela, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: jovtaalessandra@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6364-458X>

2. Graduanda em Psicologia, Centro Universitário UniFTC, Campus Paralela, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: anaclaracolombi@gmail.com

3. Graduando em Fisioterapia, Centro Universitário UniFTC, Campus Paralela, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: gc1222@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0002-3551-4944>

4. Graduanda em Fisioterapia, Centro Universitário UniFTC, Campus Paralela, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: fisio23lu@gmail.com

5. Mestra em Genética e Biologia Molecular. Instituto de Ciências da Saúde, Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: ohana.oliveira@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3414-6537>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6450501420833139>. Graduação em Biomedicina pela UESC com habilitações nas áreas de Patologia Clínica (Análises Clínicas), Parasitologia, Gestão das tecnologias de saúde, Genética, Biologia Molecular e Saúde Pública (CRBM2 07381); Assessora Científica da Medtest Soluções Integradas em diagnóstico, Lauro de Freitas, Bahia; e docente do ensino superior na UniFTC, campus Paralela, Salvador, Bahia.

6. Graduação em Fisioterapia pelo Instituto Baiano de Ensino Superior (IBES) 2015. Especialização em Fisioterapia Hospitalar com Ênfase em Terapia Intensiva (Faculdade Hélio rocha, 2017). Especialização em Acupuntura (Estácio, 2022). E-mail: darcton.aguiar@ftc.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6602-6188>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7230307124664698>. Docente universitário do Centro Universitário UniFTC, campus Paralela, Salvador, Bahia. Realiza atendimentos domiciliar e clínico. Tem experiência na área de Gerontologia, Acupuntura, Neurociência da Dor, Reumatologia, Fisioterapia do Trabalhador, Práticas Integrativas e Complementares.

Recebido em: 3 de Julho de 2024

Avaliado em: 23 de Outubro de 2024

Aceito em: 28 de Agosto de 2025



www.periodicos.uniftec.edu.br



Periódico licenciado com Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.